

# Governo federal proíbe instituições federais de exigir vacina contra Covid-19

30/12/2021

2:44 pm



Presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, Milton Ribeiro. Foto: Reprodução/Twitter

Em despacho publicado hoje (30) no Diário Oficial da União (DOU), o ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que as instituições de ensino federais não podem cobrar vacinação contra covid-19 como condição para o retorno às atividades presenciais.

“Não é possível às Instituições Federais de Ensino o estabelecimento de exigência de vacinação contra a Covid-19 como condicionante ao retorno das atividades educacionais presenciais, competindo-lhes a implementação dos protocolos sanitários e a observância das diretrizes estabelecidas pela Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021”, escreveu o ministro.

Ainda de acordo com o despacho, o entendimento foi alcançado a partir de parecer da consultoria jurídica junto ao Ministério da Educação, que conta com integrantes da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Advocacia-Geral da União (AGU).

A exigência de comprovante de vacinação para ingresso nas instituições de ensino seria “um meio indireto à indução da vacinação compulsória”, que “somente poderia ser estabelecida por meio de lei”, acrescentou o ministro.

O ministro publicou o despacho também em seu perfil do Twitter.

[pic.twitter.com/zQy5LcTC7N](https://pic.twitter.com/zQy5LcTC7N)

— Milton Ribeiro (@mribeiroMEC) December 30, 2021

Instituições como a Universidade Federal de Goiás (UFG), o Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS) já haviam definido como obrigatório o comprovante de vacinação. A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) também se encaminha para exigir a vacina contra Covid-19.

O presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Marcus Vinicius David, afirmou que a entidade estuda entrar com ação judicial contara a decisão do MEC por ferir a autonomia administrativa das universidades. Para os dirigentes das instituições, a não obrigatoriedade de apresentar a vacina contra Covid-19 pode prejudicar o retorno seguro às aulas presenciais.

O senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) afirmou que a oposição fará uma petição para suspender a decisão de Milton Ribeiro, a qual chamou de absurda e ilegal.

Essa proibição do MEC sequer faz parte das hipóteses de supervisão que cabem ao Ministério. As universidades são autarquias em regime especial ou fundações de direito público e não podem ser controladas pelos caprichos do Presidente. Essa medida é totalmente ILEGAL!

— Randolfe Rodrigues 🇧🇷 (@randolfeap) December 30, 2021

*\*Com informações de Agência Brasil e Folha de S. Paulo*